



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 34

Aos vinte cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte quatro pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
2. Apreciação e Votação do Aditamento à tabela de preços do regulamento e tabela geral de Taxas e preços da União de Freguesias; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta de cedência temporária dos serviços de cozinha e Lavandaria da creche “O Miminho” e cedência de equipamentos disponíveis no edifício do Largo Tito Fontes, no período de 1 de agosto de 2024 a setembro de 2025 para realização de obras de requalificação da creche da ATNP – Assistência dos Tuberculosos do Norte de Portugal; -----
4. Apreciação e Votação do Contrato de Cedência de Instalações entre a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória e o Centro Paroquial de Nossa Senhora da Vitória; -----
5. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida no período de 1 de junho a 31 de agosto de 2024. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Rodrigues Magalhães e António José Cardoso de Barros. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Pedro Miguel Alves Moreira de Castro Menezes, Abílio Pereira dos Santos e Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Tiago Filipe Alves Moutinho, Tiago João Peixoto Fonseca e António André da Costa Vieira. -----

Bloco de Esquerda – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Miguel Albergaria Furtado Semedo. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista, substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho, António Miguel da Costa Cardoso Antunes, substituído por António André da Costa Vieira. -----

BE – Teresa Marisa Alves Martins, substituída por Miguel Albergaria Furtado Semedo. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

PS – Sandra Maria Ribeiro Mondim. -----

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista, António Miguel da Costa Cardoso Antunes e Inês Pires Moreira. -----

B.E. – Teresa Marisa Alves Martins. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Vogal Secretária) Augusto Artur Saldanha e Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia Ordinária e de imediato deu a palavra ao 1º Secretário da Mesa. -----

Mário Praça (1º Sec. Assembleia) – Interveio para ler o Edital e de seguida efetuou a chamada dos Deputados presentes. Informou que nesta Assembleia estão presentes 18 Deputados. -----

Presidente da AF – Informou o Plenário que vão iniciar de imediato os Trabalhos porque é extensa a ordem das Atas para aprovar. Aproveitou para pedir desculpa por alguma demora de algumas Atas, pois meteu-se o período de férias. De seguida foi colocada a votação a Ata nº 25, referente à Assembleia Extraordinária de 29/11/2023. Informou que todas estas Atas foram enviadas e feitas as devidas correções. De seguida efetuou a leitura dos Deputados que estiveram presentes e que podem exercer o seu direito de voto. A mesma foi aprovada por unanimidade dos Deputados que estiveram presentes na referida Assembleia. De seguida passou-se para a Ata nº 26, referente à Assembleia de Freguesia Ordinária de 28/12/2023. De imediato efetuou a leitura dos Deputados que estiveram presentes e que podem exercer o seu direito de voto. Procedeu-se à votação de imediato, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. De imediato passou-se para a Ata nº 27, referente à Assembleia de Freguesia Extraordinária de 22/01/2024. Efetuou a leitura dos Deputados que estiveram presentes e que podem exercer o direito de voto. Colocada a Votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa Assembleia. De seguida passou-se para a Ata nº 28, referente à Assembleia de Freguesia do dia 06/12/2024, continuação da sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia suspensa no dia 22/01/2024. De seguida efetuou a leitura dos Deputados que estiveram presentes e que podem exercer o seu direito de voto. Colocada a votação a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa Assembleia. Aproveitou para informar que houve um lapso que não repararam. Na Convocatória está correto, mas no Edital não. Onde diz “Assembleia Extraordinária, deveria dizer Assembleia Ordinária”. -----

Mário Praça (1º Secretário Assembleia) – Informou que entrou na sessão o Deputado do PSD António André da Costa Vieira que vai substituir o António Miguel da Costa Cardoso Antunes. Neste momento estão 19 elementos presentes na sala. -----

Presidente da AF – De imediato deu a palavra ao público para intervir não se tendo verificado nenhuma inscrição. Aproveitou para agradecer ao Sr. Presidente da Junta a transmissão da Assembleia de Freguesia pois tinha-se comprometido na Assembleia anterior. Entende que fica bem apreciar o gesto e registar. Tal como tinham referido, esta transmissão não tem comentários na página. Quem quiser fazer comentários vem à Assembleia. As pessoas que estão no público a assistir têm uma ficha que foi entregue para ser assinada para desta forma permitir a transmissão dos dados, conforme está no Regulamento que aprovado a 18 de abril do ano passado. De seguida entraram no período de Antes da Ordem do Dia e passaram à



leitura do Voto de Pesar do PS pelo falecimento do Tenente – General Franco Charais. De seguida deu a palavra ao Deputado Pedro Menezes. -----

Pedro Menezes (PS) – Iniciou a sua intervenção por ler o Voto de Pesar apresentado pela sua Bancada, o qual fica anexo a esta Ata, com o n.º 1. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Afirmou que se o PS não se opusesse, a CDU gostaria de subscrever este Voto de Pesar. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou se o PS não se opunha a que fosse subscrito pela CDU, tendo a Bancada do referido Partido aceitado o pedido. De imediato foi colocado a votação o Voto de Pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e de seguida foi cumprido um minuto de silêncio. Seguindo a ordem passam à Moção do B.E. intitulada “Pela transmissão das reuniões da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória em prol da transparência e do acesso à informação pelas pessoas freguesas”. De seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que iriam retirar esta Moção porque estão satisfeitos, pois finalmente têm transmissão em direto destas Assembleias. Retiram a Moção, saúdam o Executivo por isso mesmo, embora ao mesmo tempo lamentam o atraso na Execução desta transmissão. Perguntam também se foi feita a devida divulgação desta transmissão, pois não basta ter link e haver transmissão é preciso também haver um esforço de divulgação para que todos os fregueses saibam que têm transmissões em direto e que podem assistir aos Trabalhos. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Antes de passar ao ponto seguinte, alertada para a situação, a Mesa, afirma que têm um elemento que entrou e que toma posse hoje na Mesa Assembleia que é o António José Cardoso de Barros e sem mais delongas solicita que venha à Mesa e proceda ao preenchimento do documento e se ninguém se opuser, podemos dar seguimento à Assembleia. Só tomou conhecimento que ia ser transmitida quando aqui chegou. O Sr. Presidente da Junta vai responder. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Dirigiu-se ao Sr. Deputado do B.E. para afirmar que o mesmo desconhece de quem é a competência desta Assembleia. Quando foi suspensa a transmissão não foi por vontade do Executivo. Quando foi reposta a transmissão não foi vontade do Executivo. Na última Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia pediu para retomar as transmissões e o Executivo sempre cumpriu com a sua parte. Não compete ao Executivo qualquer ação que diga respeito à Assembleia, mas sim à Assembleia. Se a Assembleia solicitar ao Executivo para divulgar as transmissões, assim farão. Não podem é fazer o trabalho da Assembleia. Não foi o Executivo que suspendeu as transmissões, não foi o Executivo que começou as transmissões. Isso é competência da Assembleia. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. A Assembleia tem demonstrado desde início a vontade que as reuniões sejam transmitidas. Não querendo alongar este tema, pensa que o Sr. Deputado terá ficado esclarecido. De seguida passam à Recomendação do PAN “Recuperar a Natureza (também) na cidade. Informou o Plenário que tomou posse o Sr. António José Cardoso Barros como Membro desta Assembleia, por parte da Bancada do Aqui há Porto-RM. De seguida deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De imediato efetuou a leitura da Recomendação apresentada pela sua Bancada, a qual fica anexa a esta Ata com o n.º 2. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e de seguida deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Este é um tema que mais pela ocorrência dos últimos dias que nos é sensível a todos, a questão ambiental. No entanto, efetivamente a nível de competências, na sua leitura, há alguma dificuldade que seja a Junta a fazer a intervenção a nível do espaço público, até porque corremos o risco de estar a duplicar esforços e a não ter os mesmos resultados. A Câmara Municipal há cerca de 1 ou 2 anos, apercebeu-se e comentou com amigos seus e depois é que percebeu o que aquilo era, até nas caldeiras das árvores, algumas têm uma plaquinha a informar as pessoas que aquela caldeira está num estado mais selvagem por motivos de apoio à biodiversidade. Não é uma questão de abater ou não abater as árvores. A caldeira das árvores em vez de estar parada, digamos assim, pois não é paisagista ou jardineiro, têm a erva a crescer e tem uma placa a indicar que a erva está a crescer por ter apoio a biodiversidade, o que quer que isso possa ser. Há um trabalho que está a ser feito pela Câmara Municipal, uma aposta até como houve fora e dentro da Freguesia documentar o parque arbóreo da cidade. Não percebo como é que a Junta vai interferir e que meios é que terá, mas o Sr. Presidente poderá esclarecer melhor do que nós para intervir nisso. Do ponto de vista do Movimento por meritória que seja a Proposta, não terá o parecer positivo da sua Bancada. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou se mais alguém se pretendia inscrever, mas nenhum Deputado o fez. De imediato procedeu-se à sua votação, cujo resultado foi o seguinte. Votos a favor: 9, sendo 4 do PS, 2 do BE, 2 da CDU e 1 do PAN. Votos contra: 6, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 4 do PSD. Esta recomendação foi aprovada. De seguida passaram para uma Proposta de Recomendação da CDU intitulada “Pela melhoria da Iluminação Pública na União de Freguesias”. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para ler a Proposta de Recomendação “Pela melhoria da Iluminação Pública na União de Freguesias” a qual fica anexa a esta Ata com o n.º 3. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que em relação a este tema reconhecem efetivamente que há fregueses que se manifestam relativamente a este ponto que gostariam de ter aumento de iluminação. Não sabe até que ponto, pois isto é uma questão pessoal. Realmente o aumento da iluminação transmite uma sensação melhor de segurança, mas infelizmente acaba muitas vezes por não ser isso que é o suficiente para que essa segurança exista. Reconhece que a sensação de segurança possa ser importante se resulta ou não, pessoalmente tem as suas dúvidas, infelizmente. No entanto quer no Ponto 2 quer no Ponto 3, apresenta algumas dúvidas, principalmente no Ponto 3, porque a Junta de Freguesia até já estabeleceu o Gabinete das Ocorrências para que os fregueses possam reportar a situação pois até tem uma intervenção bastante presente. O que a Junta pode fazer é estabelecer o contacto entre os fregueses e os serviços públicos e nesse sentido acham que já o estão a fazer. O próximo passo é pegar numa escada e começar a trocar as lâmpadas. A Câmara Municipal já fez um esforço quanto é do seu conhecimento da sua Bancada, um esforço quando converteu as Águas do Porto em Águas e Energia para também passar a ter uma



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

intervenção mais forte, a E-Redes. Em relação a estes 2 Pontos tem algumas dúvidas. No entanto em relação ao Ponto 1, se fosse possível votar em separado, a Bancada do Aqui há Porto-RM votaria favoravelmente porque entendem que se os fregueses se queixam, claro que sim. Mas em relação ao ponto nº 2 e nº 3, votam contra. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Recapitulando, o Sr. Deputado sugeria votar ponto a ponto. Informou o Plenário que o Deputado Vítor Vieira da CDU, aceitava esta sugestão. De seguida perguntou se mais alguém pretendia intervir sobre esta Proposta de Recomendação, mas ninguém se inscreveu para o fazer. Não vão fazer uma votação na globalidade, mas sim ponto a ponto. Foi colocada a votação, cujo resultado foi o seguinte: O Ponto 1 e o Ponto 4 foram aprovados por unanimidade. Os Pontos 2 e 3 obtiveram a seguinte votação: Votos a favor: 9, sendo 4 do PS, 2 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN. Votos Contra: 6, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 4 do PSD. Estes dois Pontos também foram aprovados. De seguida deu a palavra ao Deputado João Gonçalves, da CDU para apresentar Proposta de Recomendação. -----

João Gonçalves (CDU) – Iniciou a sua intervenção para ler a Proposta de Recomendação intitulada “Necessidade de recuperar edifícios escolares situados na União de Freguesias”, a qual fica anexa esta Ata com o n.º 4. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca, do PSD. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Relativamente a esta Proposta de Recomendação o que sugeria é que a votação fosse também de forma análoga, como foi a anteriormente. Votar o Ponto 1 separado dos restantes Pontos e passou de imediato a explicar. O Ponto 1, claramente que sim e poderá fazer claramente parte das competências da Junta, ter algum tipo de atuação nesse sentido. Relativamente aos Pontos 2, 3, e 4 o ponto 5 será só de enviar uma Proposta, mas os Pontos 2, 3, e 4 fundamentalmente, não fazem parte das competências da Junta, tem essa sensação. O PSD votaria favoravelmente o Ponto 1, nos Pontos 2, 3, e 4 provavelmente abstenção. Coloca isto à disposição de quem apresentou esta Proposta de Recomendação. -----

Presidente da AF – Interveio para afirmar que os Deputados da Bancada da CDU estão recetivos a esta votação na especialidade. De seguida deu a palavra ao Deputado Gianpiero. –

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Interveio para dizer que também pedia a separação dos Pontos e porquê este pedido, tendo de seguida explicado. Tendo ele estudado em ambas Irene Lisboa, embora um esteja mais ou menos a uso, quer dizer está com outros usos, que era na Rua de Cedofeita, a secção está ao abandono, lamentavelmente. A Nova Irene Lisboa, pelo menos para ele foi como aluno do 6º A, é relativamente recente, mas está em mau estado. É plenamente a favor para além dos outros, desta manifestação do Ponto 1. A separação dos restantes pontos individualmente é preferível porque efetivamente reconhecendo que o governo deverá disponibilizar estes elementos às escolas, este trabalho já está feito por parte da Vereação, o levantamento quanto foi possível saber também já está a ser feito pela Câmara Municipal. Aliás a Câmara Municipal acaba por ter provas dadas quando teve de tomar as rédeas para intervir no Alexandre Herculano numa Freguesia vizinha, mas em que a situação era bastante grave e foi a Câmara que teve de avançar com esse processo após entendimento com o Governo. Há um historial de intervenção por parte da Câmara quando necessário. Apesar de isto ser um pedido à Câmara e por isso reconhecer que é perfeitamente viável à Junta poder fazê-lo, entende que esse processo já está a ser feito e entende que seria deselegante, pelo menos da parte da Junta estar aqui a pedir uma coisa que já está em curso.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Afirmou que a Bancada do Aqui há Porto-RM em relação ao Ponto 1, votam favoravelmente. Quanto aos Pontos 2, 3 e 4, votam negativamente e no Ponto 5, votam favoravelmente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Como não houve mais nenhuma inscrição para usar da palavra, procedeu-se de imediato à sua votação, separadamente conforme concordância da Bancada da CDU. Ponto 1 e 5 juntos. Os Pontos 2, 3 e 4 foram também em conjunto, colocados a votação. De imediato, foi colocada a votação cujo resultado foi o seguinte: Tanto o Ponto 1 e o Ponto 5 desta Recomendação foram aprovados por unanimidade. Os Pontos 2, 3 e 4 foram votados cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 9, sendo 4 do PS, 2 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 6 do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 4 do PSD. Estes Pontos foram aprovados. -----

De Seguida entrou-se no período das Forças políticas. De imediato deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. -----

Fernando Oliveira (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como quem em casa assistia à sua transmissão. Em nome da Bancada do PS quer expressar o profundo desagrado e desconforto face à gestão deste Executivo da Junta de Freguesia ao longo deste Mandato. Têm observado uma constante incapacidade em precaver de forma atempada e responsável os interesses da nossa Freguesia e das Instituições que com grande mérito têm desenvolvido um trabalho inestimável em prol da nossa comunidade. Um dos exemplos mais recentes e que merece ser aqui destacado prende-se com a cedência de instalações da antiga creche O Miminho à Associação de Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal. De acordo com a lei 75/2013 de 12 de setembro que aprova o regime jurídico das Autarquias Locais e define a competência dos Órgãos das Juntas de Freguesias. É imperativo que todas as decisões que envolvem a cedência de bens imóveis sejam tomadas de acordo com os princípios da legalidade e transparência. O Partido Socialista após um pedido do Sr. Presidente da Junta de um Parecer favorável a uma cedência de instalações e após consulta interna entre os seus membros da sua Bancada, decidiu pronunciar-se favoravelmente a essa cedência. Reconhecendo a importância da Associação e o impacto positivo que tem para a nossa comunidade. Contudo não podem deixar de assinalar que o procedimento adotado neste processo foi altamente irregular e não respeita os tramites legais estabelecidos. Nos termos do artigo 12º da mesma lei o Sr. Presidente da Junta deveria ter solicitado a Convocatória de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para debater e decidir sobre a cedência das instalações. Este procedimento garantia um debate transparente e a participação de todos os Membros da Assembleia o que não aconteceu. A ausência de tal convocação comprometeu a transparência e inclusão no processo deliberativo e consequentemente o cumprimento dos princípios de boa administração pública. Este episódio é apenas um exemplo de um padrão de gestão que se tem revelado errático, assente numa lógica de navegação à vista que em nada contribui para a estabilidade e organização que se exige numa Junta de Freguesia com a dimensão e responsabilidade da nossa. O Sr. Presidente da Junta já teve tempo mais do que suficiente para se habituar às exigências do cargo, mas o que constam quase no final deste Mandato é que os erros e a desorganização continuam a ser uma constante. Exigem, por isso, mais responsabilidade, mais rigor e sobretudo mais respeito pelos procedimentos legais e pelos princípios democráticos. A nossa comunidade merece uma gestão que saiba planear, executar e proteger os seus interesses de forma séria e organizada. -

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Afirmou que não esteve presente na Assembleia anterior, mas que houve abertura para que o Sr. Presidente falasse. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da Junta – Interveio em Defesa da Honra para dizer que este Executivo não é igual ao Executivo que liderou na Junta da Vitória que fez uma hasta pública. O Sr. Deputado fez um contrato de arrendamento a uma sapataria em Cedofeita sem hasta pública e o Sr. vai responder em tribunal por causa disso. Ele não, pois afirmou que sabe o que faz e este Executivo sabe o que faz. Quando o Sr. o vier acusar de fazer coisas que não deve, cuidado. ----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira para Defesa da Honra. -----

Fernando Oliveira (PS) – Interveio para afirmar que afinal a figura regimental que o Sr. Presidente da Junta aqui arranjou, como ele o afirmou, em Defesa da Honra, não tinha nada de Defesa de Honra. Veio aqui atacar para se defender. Isto é por sistema que o Sr. Presidente da Junta faz. Não adianta nada vir aqui com ar intimidatório, pois já lhe transmiti mais do que uma vez e torna a dizer-lhe que ele não o intimida. Pode ir para o tribunal, pode ir para onde quiser. Sobre esta matéria, o Sr. já uma vez falou nisto. Esse procedimento que o Sr. fala, o Sr. desconhece, não carecia na altura de qualquer concurso e por isso o Sr. está equivocado, ou talvez mal aconselhado. Mas pode fazer o que quiser porque a ele não o intimida. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

Mário Moutinho (BE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que não ia entrar em discussão sobre o ponto anterior, mas vão escrever ao Sr. Presidente da Assembleia no sentido de o Regimento ser cumprido e as normas legais do funcionamento da Assembleia sejam cumpridas. Mas numa perspetiva cordial, de intenção de bom funcionamento de todas as coisas. -----

Presidente da AF – Solicitou a interrupção da intervenção do Sr. Deputado para dizer o seguinte: É seu costume e quem o conhece que a sua forma de estar na vida, dá sempre ao Plenário a prerrogativa de tomar as decisões. Já deu em anteriores Assembleias e manifestarem-se nesse sentido. Da mesma forma que existe o Regimento, pede atenção às suas palavras. O Regimento também fala em 48 horas e temos de respeitar. -----

Mário Moutinho (BE) – Afirmou que concorda com o que o Sr. Presidente da Assembleia lhe está a dizer e até lhe diz mais. Não é fácil ser Presidente da Assembleia e diz por experiência própria. -----

Presidente da AF – Agradeceu as palavras do Sr. Deputado. -----

Mário Moutinho (BE) – Afirmou que gostaria de falar aqui do ponto de vista de intervenção política sobre outros aspetos da nossa cidade que nem sempre têm sido abordados aqui. Escreveu para cumprir o tempo que está estabelecido. As obras da Metro do Porto estão, como todos sabemos, atrasadas. Mas as definições relacionadas com as requalificações dos passeios e acessos pedonais, nomeadamente das passadeiras, deverão já estar planeados com ou sem participação ou sugestão dos executivos autárquicos das freguesias envolvidas. Este assunto assume particular importância na área do Centro Histórico, pela quantidade de intervenções a decorrer e também pela elevada sinistralidade que aqui acontece. Nas ruas da Cidade do Porto continuam a registar-se, em cada ano, mais de mil vítimas de acidente de viação. Os números são impressionantes. Desde 2013 já morreram 56 pessoas em acidentes, em atropelamentos, despistes ou colisões e os feridos foram mais de 12 mil. Uma situação intolerável. Isto tem a ver com diversos fatores. Mas damos aqui o exemplo de um deles por nos parecer significativo. Se uma pessoa estiver na Avenida dos Aliados, na esquina da antiga Caixa Geral de Depósitos, esquina da Rua Dr. Magalhães Lemos e se quiser deslocar-se para o outro lado da Avenida, mesmo em frente, na esquina do café Guarani junto à Rua Elísio de Melo, tem de fazer o seguinte percurso: 1- Esperar 2 minutos pelo sinal verde e atravessar a

Rua Magalhães Lemos para a esquina seguinte onde está o Montepio. Esperar mais 1 minuto e tal pelo sinal verde para atravessar para a Placa Central da Avenida do lado de baixo. Esperar mais 2 minutos pelo sinal verde e atravessar da placa Central de baixo para a Placa Central da parte de cima. Esperar mais 1, 30 minutos para atravessar da Placa Central para a esquina do edifício do antigo Comércio do Porto, esperar mais cerca de 2 minutos para atravessar para a esquina de baixo e finalmente chegar ao seu destino. Nesse momento, um autocarro que tenha arrancado ao mesmo tempo já está quase a chegar à Praça da República. Este desrespeito absoluto pelos peões determina que as passeadeiras não sejam respeitadas e a Avenida seja atravessada em locais perigosos, tantas vezes por pessoas com crianças ao colo, com carrinhos de bebé, infelizmente com ocorrência de atropelamentos. Neste momento devido às obras do Metro há pequenas alterações, mas era assim que a configuração das passeadeiras da Avenida dos Aliados e nada nos garante que volte a acontecer quando terminarem as obras. Este é como referimos apenas um exemplo dos muitos que poderíamos aqui trazer. É necessário que a nossa União de Freguesias esteja atenta a estes casos e se faça ouvir de uma forma responsável para alertar os serviços da Câmara Municipal e faça propostas no sentido de melhorar estas situações. Mas há também outros aspetos relacionados com esta matéria que têm merecido a nossa atenção e que deveriam ser alvo de reflexão nesta Freguesia. Em maio de 2021 a Organização Mundial de Saúde patrocinou a semana Global da Segurança do Trânsito de onde saiu um apelo aos Países para limitarem a velocidade a 30 Km por hora em áreas urbanas e até porque o risco por morte e ferimentos graves é significativamente reduzido com baixas velocidades. E o Parlamento Europeu também aprovou em outubro 2010 uma recomendação aos Estados no mesmo sentido. Apesar destas propostas para limitar a velocidade máxima em zonas residenciais e/ou com elevado número de peões, a cidade do Porto ainda não adotou políticas necessárias para diminuir o número inaceitável de vítimas nas ruas da cidade. É clara, portanto a necessidade e urgência, de medidas de acalmia do trânsito, limitação do número de viaturas em circulação, maior utilização de transportes coletivos. Mas também sobre transportes públicos, conforme veio recentemente a público no Jornal Expresso há dias, as vias bus, o seu crescimento estagnou originando que as velocidades de circulação dos autocarros estejam em mínimos históricos. Há 3 anos que os corredores de autocarros não aumentam e até nesse artigo se reconhece que para além de mais vias, é necessário mais controle do mau estacionamento. Por último, importa lamentar que a Cidade do Porto não tenha aderido à semana Europeia da Mobilidade. A adesão a esta ação não resolveria só por si as deslocações aqui no Porto, mas seria um passo importante para construir uma cidade mais saudável e acessível para todas as pessoas. Este ano sob o lema Espaço Público partilhado, quase 2 mil cidades de 44 Países aderiram. A decisão de não participar nesta iniciativa é demonstrativa de uma grande insensibilidade, principalmente sobre as sérias consequências da exagerada utilização de combustíveis fósseis. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou de seguida se mais alguém pretendia intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. De seguida entrou-se no Período da Ordem do Dia. Entrou-se no Ponto 1 “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que continuam na posição em que o PSD quis sair do Executivo da Junta. Não nomeou ninguém para a substituição da sua Vogal do PSD no Executivo e por vontade do Executivo informa que propõe o Sr. Abel Magalhães. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira da CDU. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que vai pedir desculpa à Assembleia por ser repetitivo, pois já perdeu conta às vezes que foi proposto o mesmo nome sem nunca ter sido concretizada a eleição de um Vogal para substituir o que se demitiu. O Movimento Aqui há Porto tendo obtido uma maioria relativa em 202, acordou com o PSD uma solução de eleição de Vogais que se veio a comprovar ilegítima, obrigando à repetição da eleição e a uma solução que não ferisse a legalidade. Contudo tal solução veio a demonstrar-se instável levando a que fosse necessário a eleição de novos Vogais do grupo Aqui há Porto para substituir os do PSD que se iam demitindo. Chegou-se a uma situação em que o último vogal do PSD, não só se demitiu, como renunciou e corre até o risco de lhe ser declarada perda de mandato por incumprimento de regras mínimas, o que é desprestigiante não só para a pessoa e seu partido, como para a própria Democracia. Várias vezes foram votadas Propostas apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta, mas por apenas receberem seis votos num universo de dezanove, não permitem a eleição. Hoje é apresentada mais uma Proposta de eleição de Vogal que deveria resultar na mesma indefinição. Pessoalmente entende até que é desagradável para a pessoa proposta. A CDU reitera o entendimento de que se continua a aplicar o raciocínio vertido no parecer da CCDRN e do acórdão de 19/01/2023 do Supremo Tribunal Administrativo no processo similar, processo 366/21.9 de Beja. Considerando ainda que um mero Parecer da CCDRN não se pode sobrepor a jurisprudência firmada por Tribunal Superior como é alegado. Perante isto a CDU de novo, recusará participar nesta votação incongruente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Não havendo nenhuma intervenção, passou-se de imediato à entrega dos boletins de voto. De seguida informou os resultados que foram os seguintes: 11 votos em branco. Votos a favor: 6 e 2 elementos que não votaram. Este Ponto não foi aprovado. De imediato passou-se ao Ponto 2 da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento à tabela de preços do regulamento e tabela geral de taxas e preços da União de Freguesias”. Lembrou a todo o Plenário para terem atenção pois foi deliberado respeitar 20 minutos por cada Ponto. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar o Ponto 2. -----

Presidente da Junta – Informou que na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, cumprimenta todos os presentes. De imediato iniciou a leitura de um texto que passou a citar: “Num mundo em constante mudança, a gestão financeira é essencial para o sucesso de qualquer Instituição. A Junta tem demonstrado trabalho nesse sentido aumentando as respostas e reduzindo os preços para os utentes. A criação de soluções estruturadas não apenas protege a boa gestão financeira, mas também atende às necessidades da comunidade. Em primeiro a Junta tem-se esforçado em criar mais respostas para os utentes isso significa que ao oferecer mais serviços, a Junta torna-se num recurso mais valioso para a comunidade com mais opções disponíveis os cidadãos sentem-se mais apoiados e valorizados. Além disso a redução de preços é uma estratégia inteligente que demonstra um compromisso com a população. Quando os custos são baixos mais pessoas podem aceder aos serviços oferecidos. Um exemplo prático disso é a diminuição de preço nos serviços de CATL’S ou ATLS, como era designado antigamente, que passaram de 44 crianças que pagavam 85,00€ por mês e foi proposto por este Executivo, a esta Assembleia e aprovado, a redução do preço para 65,00€ por mês e de seguida passaram a ter 145 crianças. Nem todos pagam os 65,00€, porque alguns só pagam a ponta da manhã ou a ponta da tarde. Conseguimos baixar os preços e aumentar o número de famílias a quem damos esta resposta. O outro ponto importante é a isenção para os mais desfavorecidos. Em breve levarão a reunião de Executivo a isenção de taxas para famílias com baixos rendimentos no Balneário do Viriato que passará a ser a Casa Social da Freguesia. Poderão tomar banho, trocar de roupa, por roupa usada oferecida, lavar a sua própria roupa, usar o sanitário e dar

banho ao seu animal de estimação e de 15 em 15 dias irão ter cabeleireiro para fazerem a barba e cortar o cabelo gratuitamente. Por fim, a Junta também se preocupa com a motivação da sua equipa garantir os salários dos funcionários, é uma forma eficaz de manter o ambiente mais positivo. Funcionários motivados tendem a oferecer um atendimento melhor e mais próximo dos fregueses. Em suma a Junta tem-se destacado pelas suas iniciativas, as de gestão financeira, que beneficia tanto a comunidade como os funcionários. Criar mais respostas, reduzir preços, isentar os mais desfavorecidos são opções que demonstram um compromisso verdadeiro como o bem-estar da população. Ao manter a motivação da equipa a Junta garante um atendimento de qualidade. É hora de reconhecer e de apoiar estas iniciativas pois elas trazem melhorias significativas para todos. Por isso propomos a esta Assembleia a criação de um preço mensal para a sala de estudo de 45,00€ por mês com mais 25,00€ de inscrição. No caso de se tratar de uma família com carência financeira, a criança não ficará sem este serviço. O Executivo recomendará que a Assistente Social da Junta, que depois de analisar o processo faça uma proposta ao Executivo da isenção do preço a pagar. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra ao Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que ficou um pouco desorientado com a intervenção do Sr. Presidente. O que está na Ordem de Trabalhos é um Aditamento à tabela de preços no regulamento e tabela geral de taxas e preços da União de Freguesias. Aquilo que foi aprovado na Junta de Freguesia no dia 16 de setembro foi o aditamento à tabela d preços e Regulamento de tabela geral de preços da União de Freguesias, aprovado por unanimidade dos Membros da Junta. O Sr. Presidente falou aqui de coisas que nem sequer estão neste documento. Falou aqui de isenções, nada contra, pelo contrário. Falaram aqui de muitas outras matérias que não tinham nada a ver com esta sala de Estudo. Mas uma coisa esqueceu-se o Sr. Presidente esqueceu-se de dizer: é que a Sala de Estudo formalmente não existe, tem de ser criada ou vamos iniciar por discutir o que vamos cobrar e depois é que se vai criar a Sala de Estudo. Já agora também foi surpreendente entrar aqui no Edifício e encontrar lá em baixo, na entrada, um cartaz a anunciar a abertura de inscrições para esta Sala de Estudo. Será que já existem pessoas inscritas? E se esta Assembleia recusar esta aprovação, essas pessoas terão de ser desalentadas, afinal não há. Uma coisa é certa! Uma sala de Estudo é um objetivo válido com a qual a CDU se identifica. Reconhecem o interesse desta ideia, mas aqui não existe uma Proposta sequer. Poderia dizer que a Proposta está incompleta, mas não é. Nem sequer há Proposta. O documento que lhes foi entregue é apenas um texto que faz um conjunto de considerandos genéricos, não explicam o que é que vai acontecer. Ele refere, por exemplo e passou a citar: “A União de Freguesias dispõe de infraestruturas adequadas para implementação deste projeto “fim de citação, pois não sabe que implementações são essas. Volta a citar o documento: “Através de parcerias com o Movimento de Escolas Rodrigues de Freitas faz a cedência das instalações”, fim de citação. Parece que já há um acordo com o Rodrigues de Freitas para a cedência das instalações. É interessante. Volta a citar: “garante qualidade do serviço e a afetação de Recursos Humanos especializados, professores que são remunerados por esta autarquia, “fim de citação. Pergunta de que forma vão ser remunerados. Por contrato? Por ajuste direto? Por gratificação? Que professores são esses? São Professores do Quadro? Quem são essas pessoas? Não sabem. Que capacidade vai ter essa Sala de Estudo? Dez? 40? 4 mil? Não sabem. Não há aqui informação alguma. Depois desse exposto todo termina a dizer o seguinte e volta a citar. “Propõe que a Junta delibere proceder ao aditamento à tabela e submeter o aditamento à Assembleia de Freguesia, “fim de citação. Considerando que tudo até estaria certo até aqui, há aqui um problema grave. Ao chegarem à



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Proposta de um valor que está neste quadro em que está escrito que mensalidade é de 45,00€. É isto. Inscrição 25,00€, admite, não existem valores específicos. Mensalidade 45,00€ porquê? Porque não 40,00€? Porque não 400,00€? Não sabem. E, contudo o Sr. Presidente deveria saber porque já está aqui há 3 anos que há legislação nomeadamente a lei 53 E/2006, não é nova, que nos seus artigos 8 e 9 obriga a produzir uma fundamentação económico-financeira para o lançamento de uma nova taxa ou mesmo que fosse simplesmente para atualizar um valor que não estivesse em linha com a inflação. Isto está aqui no Diário da República que pode ser consultado até no telefone. No artigo 8 diz o seguinte e passa a citar: “Na criação de taxas e esta é uma taxa nova, ele próprio reconhece que uma taxa nova, as taxas são criadas por regulamento aprovado por órgão deliberativo, pois o regulamento já existe, isto é um aditamento. O Regulamento de taxas municipais ou taxas das Freguesias contém obrigatoriamente sob pena de nulidade a indicação da base de incidência objetiva e subjetiva, valor ou fórmula de cálculo do valor das Taxas a cobrar, fundamentação economicamente financeira relativo ao valor das taxas, designadamente dos custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, as amortizações, futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local. As isenções e sua fundamentação o modo de pagamento e outras formas de extinção a admissibilidade de pagamento em prestações. No artigo 9 que fala em atualização de valores refere que a alteração dos valores das taxas de acordo com qualquer outro critério que não o da inflação anual, efetua-se mediante a alteração ao Regulamento de criação respetiva e deve conter a fundamentação económico-financeira subjacente. Ora face a esta completa falha de informação e de elementos concretos, por muito que lhes custe, o que têm de reconhecer, mais uma vez, a Junta de Freguesia pôs o “carro à frente dos bois”, mas ainda por cima pôs os bois lá para trás. Neste momento para que haja o mínimo de legalidade deste processo, a Junta e ele próprio em nome da CDU, sugere que a junta retire o Ponto, corrija as falhas desta Proposta e posteriormente a apresente novamente porque é um objetivo válido, importante, interessante, mas têm de saber em concreto o que é que estão a votar. Até porque neste momento, tal como está este documento, até porque tem implicações financeiras, a CDU não terá outra hipótese, por muito que quisesse, não pode votar a favor porque está incompleto, não poderá abster-se, terá de votar contra devido às implicações financeiras. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirma que estão aqui para deliberar, é uma Proposta do Executivo à criação de um preço, não é uma taxa. Uma taxa tem de ser fundamentada, a criação de um preço, não. Os Srs. Deputados, quando vierem fazer alegações aqui, têm de ter um conhecimento jurídico correto daquilo que estão a fazer. A Sala de Estudo foi criada, é uma Sala na Escola Rodrigues de Freitas onde a Junta tem um Recurso Humano. Neste momento temos inscrições já abertas, já está a funcionar e não cobram nada a ninguém porque não existe um preço criado. O Executivo criou este preço e propôs à Assembleia. A Assembleia delibera se faz falta esta Sala de Estudo à União de Freguesias que é aberta a todos. Se é importante a criação deste preço para salvaguardar a boa gestão financeira desta Junta e por esse motivo fez aquele discurso todo para enquadrar os Srs. nas boas contas que esta Junta tem feito. Não se esqueçam de como este Executivo encontrou esta Junta de Freguesia e o trabalho que tem vindo a desenvolver. Provavelmente devem estar com uma atividade que poucos conseguem acompanhar. Isso é fruto de uma boa gestão financeira e para ela acontecer o Executivo propõe este valor, porque têm de contratar professores que vão contratar num processo previsto na contratação pública, na legalidade para uma vez por



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

semana e dar uma hora de apoio a matemática, português e a inglês, se os Srs. Deputados acharem que isto não é importante, que isto não é um trabalho sério e que isto não é um trabalho bom para a União de Freguesias, os Srs. Deputados estejam à vontade. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra ao Deputado Abílio Rodrigues. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Afirmou que o Sr. Vítor Vieira disse quase tudo mas quer acrescentar algumas coisas que também incomodam o PS. O Sr. Presidente da Junta e muito bem, pretende abrir uma sala para estudo. Mas ao apresentar professores, não será uma sala de estudos, mas sim uma sala de acompanhamento, uma sala de explicações. Uma Sala de Estudo é uma sala com as crianças acantonadas, a passar o tempo até que os pais as possam lá ir buscar, não têm ninguém para lhes dar explicações. Se é uma Sala de Estudo, para que é que são precisos os professores. Para que é que vai ser aberto concurso para Professores? Reparou para o documento e entende que falta tudo. Falta saber quantos dias está aberta a sala, quantas horas, que explicações, quantos professores, se for português, por exemplo, à segunda-feira, na 4ª feira será inglês e na 6ª matemática. É preciso um documento esclarecedor que os elucide para poderem votar em consciência, senão é um amontoado de ideias, mas não passa disso. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que vai ser uma intervenção breve e será a última sobre este assunto. Taxas,do Poder Público, Autoridade, Atestados esó a Junta pode passar. É um serviço que a Junta presta, mas não é pelo Poder Público. Esse serviço pode ser prestado também por empresas e particulares. Uma coisa é um preço, outra coisa é uma Taxa. Uma Taxa só pode ser prestada pelo Serviço Público e o que a Junta está a propor é um preço de serviço que pode ser prestado por qualquer entidade. Quanto às Declarações do Sr. Abílio é lamentável que o Sr. veja uma Sala de Estudo como um Centro de Atividades de tempos Livres, isso é um ATL. Pessoalmente entende que o Sr. fez uma enorme confusão. Quando se fala numa Sala de Estudo, é uma sala própria para que as crianças estudem e quando precisam de retirar dúvidas a inglês, português ou matemática estejam professores qualificados para lhes prestar esse serviço. Outra coisa é um ATL, Centro de Atividades de Tempos Livres e não é isso que estão aqui a falar. Um ATL é um ATL e uma Sala de Estudo é uma Sala de Estudo. A Sala de Estudo irá funcionar no Rodrigues de Freitas para toda a Comunidade Escolar. Não está apenas sujeita aos alunos daquela escola. Se um casal trabalhar em frente e o filho precisar de Apoio da Sala de Estudo, poderá recorrer a essas instalações. Vai funcionar de 2ª a 6ª feira das 15,00 horas às 19.00 horas. Obviamente que os Srs. são livres de votar na vossa consciência. O Executivo entende que este é um serviço correto, justo e o preço justo para se manter os serviços desta Junta podendo pagar ao pessoal. Se os Srs. não aprovarem este preço, obviamente que a Junta não poderá contratar professores de matemática, de inglês ou de português. Isso é uma responsabilidade que recairá na Assembleia e em quem vota. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra ao Deputado Abílio Rodrigues. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Afirmou que só pediu para intervir pois é seu objetivo esclarecer porque o Sr. Presidente fez confusão. Ele não falou em ATL nem lhe passou pela cabeça o ATL. Leu no documento Sala de Estudo. Sala de Estudo e volta a dizer, é sala onde se estuda. Não é para crianças estarem a jogar dominó e xadrez, nada disso. Uma Sala de Estudo é para estudar e as crianças estão acantonadas na Sala de Estudo. Por exemplo hoje a sala abriu, os meninos



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

estão lá e até existem dificuldades na matemática. Saíram das aulas e têm dificuldades nessa disciplina e vão lá, como é que vão resolver o problema? Quem é que está lá? É o professor de Educação Física. O que é que ele sabe de matemática? Se calhar zero. No dia seguinte, querem o professor de português e quem é que lá está? É o professor de Físico-Química. Estão mal outra vez. Uma Sala de Estudo é uma Sala de Estudo, uma sala de acompanhamento é outra coisa. Quando junto das crianças se tem um professor de para explicar, é uma sala de explicações. ATL é outra coisa e nem sequer foi para aqui chamado. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida informou o Plenário que a Bancada do PSD solicitou a interrupção dos Trabalhos por 5 minutos, tendo o mesmo referido que seriam apenas 3 minutos. -----

Após o reinício dos Trabalhos deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Afirmou que relativamente à Tabela de Preços estiveram a conferenciar. Em 1º lugar é uma medida claramente positiva, isso estão todos de acordo, é uma medida sempre bem-vinda para os fregueses. É de salutar claramente este apoio cada vez é mais necessário nas nossas famílias. Havia uma dúvida e o PSD colocou esta dúvida ao Presidente da Junta que fez o favor de esclarecer. A questão que foi colocada se efetivamente foi recebido algum valor pela inscrição dos alunos, tendo sido referido que não foi cobrado nenhum valor. Se tal tivesse acontecido, estariam perante uma situação muito complicada. Mas uma vez que não foi rececionado qualquer valor, o PSD aqui não se irá opor à votação deste aditamento à tabela de preços. Relativamente ao valor que é indicado, fazendo uma prospeção de mercado, estão a falar de valores que rondam os 80,00€ a 85,00€, em alguns casos 70,00€. Estar a cobrar 45,00€ de mensalidade, entende que é um valor bastante razoável. Prevendo-se também a questão da isenção, conforme as primeiras palavras que o Presidente indicou, iria isentar os fregueses mais carenciados também é de salutar. Com base nestas premissas, o PSD vai votar favoravelmente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que a taxa de natalidade em Portugal anda por volta 1.46 a 1.5, se a memória não lhe falha. Um dos motivos em que realmente os jovens, onde se inclui e um dos motivos em que ele e outros colegas e amigos da sua idade reconhecem que há uma dificuldade para poderem ter filhos é efetivamente a falta de apoio por parte das Instituições Públicas. Sem esse apoio torna-se muitas vezes difícil, tendo em conta as vidas que hoje temos e o tempo que passam a trabalhar, não é assim uma situação tão fácil a decisão como já foi por outros motivos de terem crianças. Reconhecem que muitas vezes há quase um esvaziamento dos Centros Históricos e as dificuldades que isso traz à nossa sociedade. Agora aparece uma iniciativa por parte de uma Junta de Freguesia que quer precisamente facilitar o apoio que muitas crianças necessitam para o seu estudo. Sabem que é importante por tudo o que vão ouvindo pelo abandono escolar, por falta de aproveitamento, etc. Do seu ponto de vista, apesar de não ser pai, mas reconhecendo essa carência até pelo ponto de vista das suas sobrinhas, pois é tio e padrinho. Reconhece o valor a Junta de Freguesia. Entende que é importante para o Centro Histórico para poderem dar apoio aos seus fregueses e naturalmente terá o Parecer positivo da Bancada a que pertence. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. No seguimento do tempo acordado, alertou os senhores Deputados para se focarem no Ponto. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio só para dizer que o BE é a favor deste projeto de criação da Sala de Estudo no Rodrigues de Freitas, mas não é isso que estão aí a votar. Estão a votar a



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

alteração da tabela de preços e taxas da Junta de Freguesia para criar esta taxa de 45,00€ mensais para esta Sala de Estudo que aparentemente já está em funcionamento. A favor do projeto, mas não imediatamente a favor deste valor e desta alteração à tabela de taxas e preços. No seu entender faltam aqui várias explicações para variar, pois este Executivo, este Presidente não gosta de dar explicações aos fregueses, não gosta de dar explicações à Assembleia de Freguesia, já todos perceberam. Pergunta se existe algum contrato com a Escola Rodrigues de Freitas sobre esta Sala de Estudos ou não? Ninguém aqui sabe, nem o Movimento Aqui há Porto, que vai votar a favor, não faz ideia se há um contrato ou não. Qual é a justificação financeira para este valor? Como é que se chegou a 45,00€? Fizeram algumas contas ou foi apenas pensado ser os 45,00€. Não se percebe, porque não há nenhuma apresentação de documentação a esta Assembleia de Freguesia. Com este valor o PSD parece que acha barato. Fez uma pequena pesquisa razoável numa pesquisa de mercado, de três minutos e acha o preço razoável. -----

Presidente da AF – Pede desculpa e interrompeu o Deputado pela observação efetuada e que não fica bem. -----

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que era verdade, pois foi o Deputado do PSD que aqui o disse. Fez um estudo de mercado e que chegaram à conclusão que era razoável porque era normalmente praticado mais de 70,00€ por mês. Parece-lhes ser um orçamento familiar significativo, o valor de 45,00€ para um período tão curto como o Sr. Presidente aqui falou, 15,30h às 19.00h. É um preço significativo. E tem de se perceber porque é que esse valor vai servir, pagar 45,00€ a quantos professores, a quantas horas, quantas disciplinas, para servir quantos alunos. Há muitas explicações que o Presidente mais uma vez não quis dar. Portanto aquilo que pergunta é se a Sala de Estudos está aberta aparentemente sem se cobrar nenhuma taxa de inscrição ou mensalidade, se rejeitarem este aditamento aqui, a Sala de Estudos continuará aberta sem custo para os utentes, fregueses ou quem a frequenta. Entende que mais vale reprovar esta Proposta porque assim é gratuito ou não? Qual é o problema de ser gratuito? É só essas explicações que faltam aqui. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguinte deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que ainda bem que estas Assembleias estão a ser transmitidas para que as pessoas percebam bem a intenção do BE. Ora se a sala está aberta, que fique assim. Prescindem dos Professores de matemática, de inglês e de português porque os meninos não precisam disto. O que se está aqui a propor e ele já explicou 3 ou 4 vezes nesta Assembleia. Pede desculpa ao Sr. Deputado que veio aqui com ironia brincar com uma situação, pois estão no Ponto 2 desta Assembleia, já devia estar mais corrida. Já explicou o funcionamento da sala, já expliquei o valor que foi fazer uma pesquisa de mercado e colocou-se a metade do Preço, o mais baixo que se encontrou. Está nas mãos dos Partidos Políticos e dos Srs. Deputados dizerem às pessoas lá em casa se é importante ter professor de inglês, de português ou de matemática. Vão votar a favor, contra nós achamos esta uma boa ideia, má ideia. Só quer deixar claro a posição do BE. Se votarem contra, a sala de Estudo vai funcionar na mesma sem explicações. Estão a formar pessoas mais incultas e se calhar é o objetivo do BE. Mas não é o objetivo deste Executivo e, portanto, propuseram este valor. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra à deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Afirmou que no seguimento deste Ponto e por aquilo que disse o Sr. Presidente da Junta e também pelo Deputado da Bancada Aqui há Porto e efetivamente estas Assembleias sempre que tendem a aprovar algo que entra de novo, parece que estão aqui um





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

bocadinho todos a rumar em contrapontos. Não estão. Estão a tentar rumar todos para o mesmo lado e esse lado é o interesse comum da Freguesia. Aquilo que o Sr. Presidente tem ouvido de grande parte dos Membros desta Assembleia é que necessitam de mais informação sobre os Pontos que normalmente lhes chegam às Assembleias para poderem também tomar decisões mais conscientes, mais sustentadas e perceber qual é que é aqui qual a intenção de cada uma por detrás das iniciativas que lhes traz aqui á Assembleia. Neste caso, lá está foi de consenso que é uma iniciativa muito produtiva para a Junta de Freguesia. Obviamente que apoiar alunos(as) no seu estudo, na sua progressão enquanto seres e na sua educação é de mais valor. A questão é, como o Deputado Vítor já colocou e o BE também já o disse, não sabem efetivamente quais são os meandros e os contornos do funcionamento desta Sala de Estudo que lhes explicou muito sucintamente a apresentação deste Ponto e muitas questões ainda ficam por responder. Também como já foi aqui falado se existe um contrato ou não de cedência e em que termos está baseado esse contrato, como é que vai ser feita a contratação dos professores. Entretanto foi dito aqui que havia professores de português, inglês e matemática, em regime, que apoios e que matérias é que vão ser dados. Ou seja, o que é que os alunos vão estudar lá e o que vão fazer. É esta a explicação que pedem para que possam votar em consciência este ponto. O Sr. Presidente insiste quase numa tática de entrar aqui à defesa com tudo aquilo que lhe colocam e entende que seria mais produtivo que viessem em todos os Pontos mais informação previamente para não estarem aqui um bocadinho no “toca e foge”, neste ataque e defesa que entende não ser produtivo, nem para agora nem para as freguesias e fregueses da nossa União de Freguesias. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Tiago Moutinho. -----

Tiago Moutinho (PSD) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Aproveitou para explicar sobre o estudo que fizeram à cerca dos valores. Efetivamente um estudo, foi rápido, mas fizeram. Um Centro de Estudos pode custar entre 75,00€ a 150,00€ por mês. Os 45,00€ apesar de ser um valor alto é um valor relativamente baixo tendo em conta aquilo que está a ser praticado hoje. Pensaram que de facto poderia ser um valor mais baixo, mas não é substancialmente mais baixo do que está a ser praticado hoje. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para agradecer ao Sr. Presidente da Junta ter contribuído com um esclarecimento que não estava claro neste documento e que não se trata de uma taxa, trata-se de um preço e já abre mais possibilidades de intervenção. A verdade é que esses eram um dos aspetos problemáticos disto. O problema essencialmente continua a ser a própria sala de Estudos em que o Sr. Presidente diz que até já existe e se calhar até já está a funcionar, não sabem. Não sabem com quantos professores. Logo à partida há um problema que para ele é chocante e que é o problema dos armazéns de crianças. Porque elas, como era no seu tempo, de infância, deveriam estar a desenvolver outras atividades, a fazerem outras coisas, estarem com os amigos, desenvolverem capacidades sociais e desportivas, fora do espaço escolar. Eles vão para a escola às 7,30h e 8,00h da manhã têm aulas toda a manhã, almoçam na escola e depois vão ficar das 15,30h às 19,30h na Sala de Estudos, até que os pais os possam ir buscar. É aquela história da Escola a tempo inteiro transformando as Escolas em armazéns de alunos para que os pais possam estar ocupados nas suas tarefas profissionais, o tempo todo. Chegam a casa são aquelas questões de higiene, alimentação e vai tudo dormir. Onde é que ficam as relações familiares? Onde ficam as relações sociais dos jovens, etc? Isso é um problema mais vasto. Cingindo novamente a este problema, e no Ponto 1 refere e passou a citar no que diz



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

respeito a considerandos: “A abertura de uma Sala de Estudos é uma medida fundamental para os jovens da Freguesia”, fim de citação. Entende que os jovens da Freguesia são os jovens da União. Um jovem que frequente a Escola Básica de Miragaia ou a Escola Básica de EB2.3 em Vilar pode ir à Rodrigues de Freitas? O seguro escolar vai cobrir a sua presença numa escola que não é a dele? Que seguro existe para aquela atividade que não faz parte, não é uma atividade oficial, mas vai ser dentro da escola. Os professores vão ser pagos, como aqui já foi referido, por ele e por outros intervenientes, não sabem de que forma vão ser contratados e quem são. São professores que já têm um horário completo e depois ao fim do dia, ainda vão estar ali 4 horas na Sala de Estudo, a acompanhar o estudo dos meninos? Com que relação contratual? Com que custos? Será que este valor cobre os custos? Fica ela por ela? Ou será que este valor será insuficiente para os custos que vai produzir esta Sala de Estudos? São este conjunto de informações torna muito difícil, porque é muito fácil dizer que “vamos colocar aqui 45,00€ e está feito” E o resto? O que é que vai acontecer se uma daquelas crianças tiver um acidente durante aquele período na Sala de Estudo? Agradece que o Sr. Presidente pondere devidamente estas matérias e que apresentasse uma documentação clara, concreta e não apenas em coisas ditas ao microfone que não vão comprometê-lo em nada. O Sr. pode dizer que foi um lapso e acabou. Mas se estiver escrito, está algo em que se podem pronunciar coloque por escrito o que é que se vai ali fazer em concreto, com que meios com que valores e depois apresente a Proposta. Assim não. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para agradecer ao PSD o esclarecimento sobre o Estudo do Mercado e ao menos não veio acompanhado das tentativas de insulto do Presidente da Junta à Bancada do BE e a ele próprio. Agradeceu novamente ao PSD ter feito o estudo pois o Presidente da Junta não gosta de ouvir o BE. Até percebe, mas como o Deputado do PS referiu à pouco, ao BE não intimida e ao seu partido não fará parar de fiscalizar a sua atividade pois foi por isso que foram eleitos e aqui estão para garantir que o serviço público aos fregueses de forma transparente, clara e informada. O que pretende dizer, o que falta aqui e como disse também o Deputado Vítor da CDU, faltam muitos esclarecimentos. Relativamente ao Estudo de Mercado como referiu o Presidente da Junta e o Deputado do PSD, os preços a que se referem de 75,00€ a 100,00€ provavelmente são preços de Mercado do setor privado, não projetos da Junta de Freguesia, isto é uma oferta pública com uma participação do Estado deverá na opinião do BE, obedecer a critérios diferentes e existem preços noutras freguesias bem mais baratos do que os 75,00€ a 100,00€ e dos 45,00€, não apenas na cidade do Porto. Agora não sabem mesmo como é que chegaram a este valor. O que solicita ao Sr. Presidente da Junta era em vez de vir para aqui dizer umas coisas e dizer que fez um estudo de Mercado. Pede o favor de lhes enviar o Estudo de Mercado que fez, envie o Plano Orçamental para esta sala, quanto é que vai custar para ter professor de português, de inglês e de matemática, com quantos alunos espera para cobrir esses custos ou não, se pretende receita, se pretende prejuízo, se pretende um balanço zero. Tem de esclarecer isto, tem de apresentar documentação, não apresentando, ele fica admirado como é possível o Movimento Aqui há Porto dizer que aprova sem ter este estudo. Falam deste estudo, são tecnicamente evoluídos, organizados e considerados, aprovam um preço sem fazerem a mínima ideia do quanto é que vai custar. É excecional. Agradeciam que lhes enviasse esse estudo e o Plano Orçamental para esta atividade. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e aproveitou para fazer uma observação e que foi a seguinte: “Afirmou que ouviu atentamente o discurso do Sr. Deputado



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

e quer referir que pelas suas palavras, quando se dirige daquela forma, também não está a insultar ninguém, não está a ofender ninguém. Não entendeu que o Sr. Presidente da Junta tivesse ofendido. Foram considerações políticas. Já ouviu situações piores, não está a dizer que não tenha havido, mas essa consideração que foi feita ao Sr. Presidente parece-lhe que é de todo injusta. O Sr. Presidente da Junta tem sempre a oportunidade de usar da palavra. Informa que se alongaram demasiado no tempo, tendo em conta aquilo que tinham considerado, que eram 20 minutos, já ultrapassaram em muito este tempo. Os tempos foram atribuídos em equilíbrio com todas as forças política e se calhar têm de rever o tempo da próxima vez. De imediato passou-se à votação do Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e Votação do Aditamento à tabela de preços do regulamento e tabela geral de taxas e preços da União de Freguesias”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Abstenções: 9, sendo 4 do PS, 2 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. De seguida deu a palavra ao Deputado Abílio Rodrigues, do PS, para fazer uma Declaração de Voto. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os persentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Afirma que o PS é sempre favorável à criação de salas deste género que aqui foram votadas e valências deste tipo. A ideia da criação desta sala, tem mérito na sua génese, não há dúvida. Mas fruto da Proposta que lhes foi apresentada, não estar completa, não ser clara e sobretudo pela ausência da capacidade do Sr. Presidente da Junta em esclarecer as dúvidas aqui colocadas, o PS viu-se na contingência de se abster na sua votação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que vinha para fazer uma Declaração de Voto. Referiu que a CDU entendeu abster-se nesta votação porquanto embora considere e que já aqui foi referido por outros, trata-se de um projeto com interesse, com importância na escola pública. É, porém, um projeto que está manchado por um conjunto de interrogações que não foram minimamente respondidos aqui. Não poderiam nunca votar a favor. Quanto à votação contra que ocorria se se tratasse duma taxa, felizmente o Sr. Presidente teve a hombridade de explicar que não se tratava de uma taxa, mas de um preço e nesse quadro a CDU, alterou a sua posição inicial. Entendeu que deveria abster-se, mas mantendo integralmente as dúvidas e questões que tudo isto levanta. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

Mário Moutinho (BE) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto. Afirmou que o BE se absteve nesta votação. Considerando que é importante equipamentos deste género e ações deste tipo na Freguesia e não só, mas na nossa União de Freguesias claro que é fundamental. Não votaram contra, abstiveram-se. Mas mantêm as questões que apresentaram durante o debate. Entendem que o documento está completamente incompleto, é o que vem sendo habitual. Há muitos documentos que chegam à Assembleia para votação que são meras declarações de intenções e não estão devidamente instruídos, devidamente fundamentada a proposta que é apresentada e isso é o mínimo que é exigido a um Executivo competente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De imediato entrou-se no Ponto 3 da O.T. “Apreciação e Votação da Proposta de cedência temporária dos serviços de cozinha e lavandaria da creche “O Miminho” e cedência de equipamentos disponíveis no edifício do Largo Tito Fontes, no período de 1 de agosto de 2024 a setembro de 2025 para realização de

obras de requalificação da creche da ATNP – Assistência dos Tuberculosos do Norte de Portugal”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirma que a ATNP é gestora de uma Creche Nossa Senhora da Conceição, em Cedofeita, que dá resposta a mais de 250 famílias. Tem Creche, Pré-Escolar e Ensino Básico e são 250 crianças. A ATNP fez uma candidatura ao PRR, foi eleita e está a fazer obras na Creche. Procurou a Junta de Freguesia no mês de agosto, porque surgiu de repente uma situação em que colocava em risco, a cozinha da Creche. A Junta de Freguesia no mês de agosto não tinha tempo para solicitar uma Assembleia Extraordinária. Então decidiram consultar todos os Partidos Políticos, pela transparência e aconselhados juridicamente, na cedência temporária até ser ratificado este Ponto. Foi acusado neste Assembleia de falta de transparência, incumprimento, mas o Sr. Deputado que o acusou, enviou-lhe uma mensagem que tem em seu poder e até poderia lê-la aqui. Na referida mensagem afirma que não se opõem e que sim senhor, que concordavam com a cedência temporária e que posteriormente viesse à Assembleia e é o que estão a fazer neste momento, pela transparência e pelo que manda a lei. Não entende como foi chamado de não estar a cumprir com o que devia, quando o único interesse desta Junta foi apoiar uma Creche com 250 crianças. Srs. Deputados, os Srs. no lugar dele, recorreriam ao jurídico para saber como é que haviam de fazer. Foi o que ele fez, consultou os Partidos Políticos, todos os Srs. responderam com exceção do PSD, que não respondeu, mas todos os Srs. lhe responderam que sim, que concordavam, mas que na próxima Assembleia trouxesse para ratificar e é exatamente o que estão a fazer hoje. O período de cedência é temporário, porque a cozinha sofreu um acidente durante as obras e não poderiam cozinhar para as crianças. Estando o Miminho, neste momento à disposição, à espera de que a Câmara faça obras, está num processo em que ele está a tentar que o Executivo Municipal faça obras. Acharam por bem o Executivo ceder temporariamente até trazer a esta Assembleia e os Srs. Deputados são soberanos, os Srs. decidem se querem aquela Instituição lá temporariamente ou não. É só isto que estão a falar e o cumprimento legal do processo foi todo cuidado pelo Executivo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a palavra do Deputado Fernando Oliveira. -----

Fernando Oliveira (PS) – Interveio para dizer que pelos vistos o Sr. Presidente da Junta não está atento às intervenções que aqui são realizadas e no caso concreto, a dele. Afirmou que ia tornar a ler o parágrafo onde se refere a este acontecimento que aqui agora foi referido pelo Sr. Presidente da Junta, pois não veio dar novidade nenhuma porque ele já o tinha dito na sua intervenção, mas o Sr. Presidente da Junta só ouve o que lhe convém. De seguida passou a citar: “O PS após um pedido do Sr. Presidente da Junta de um Parecer favorável a uma cedência de instalações e após consulta interna entre os Membros da sua Bancada, decidiu-se pronunciar favoravelmente a essa cedência, reconhecendo a importância da Associação e o impacto positivo que tem para a nossa comunidade. Contudo, não podemos deixar de assinalar que o procedimento adotado, neste processo, foi altamente irregular e não respeitou os trâmites legais estabelecidos”, fim de citação. Afirmou que não adiantava tentar iludir as questões e isto acabou de fazer, reiterava. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirma, que sem levantar a voz, vai responder ao Sr. Deputado e como pode sentir-se intimidado, até vai olhar para o lado. O Sr. Deputado ao consentir o ato irregular que diz, também entrou em incumprimento. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de seguida deu a



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

palavra ao Deputado Fernando Oliveira. -----

Fernando Oliveira (PS) – Afirmo que sem olhar para o lado e a olhar para todos, incluindo o Sr. Presidente da Junta vem apenas aqui registar o seguinte: O mau comportamento do Sr. Presidente da Junta que sistematicamente tem aqui perante esta Assembleia. De seguida dirige-se ao Sr. Presidente da Assembleia para dizer que lamenta que tal aconteça. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida dirigiu-se ao Sr. Deputado para afirmar que não é polícia. Cada um é responsável pelos seus atos. Apela à educação, respeito e urbanidade de todos. De seguida deu a palavra ao Deputado Tiago Fonseca. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Afirmo que relativamente a este Ponto, mais uma vez o propósito é bem-vindo, é de salutar. Tratou-se de uma emergência, foi aquilo que se apercebeu e claramente que necessitava de uma execução imediata. As crianças não poderiam ficar sem as refeições e claramente é isso que estão aqui a falar, pelo bem das crianças. Ressalvando e o PSD pretende ressalvar-se, ressalvando todas as questões de procedimentos regulamentares legais estabelecidos, claramente o PSD será favorável a esta Propostas. Apenas quer fazer uma ressalva, um apontamento. Não se lembra de dizer qual a página, mas verificou que a validade desta cedência será de um ano, renovável. Prende-se uma questão que é, pretende-se fazer uma renovação de algo que poderá estar fora do próprio Mandato. É apenas uma dúvida e se calhar era mais sensato fazer durante um ano e retirar a parte renovável. Pretendeu fazer apenas esta observação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para confirmar que de facto perante uma situação que não cumpria os trâmites legais porque havia uma manifesta falta de tempo para o fazer e atendendo ao período de férias em que se encontrava, a CDU comunicou ao Sr. Presidente da Junta, mediante a sua proposta que iria aceitar desde que nenhum outro Partido se opusesse, mesmo porque entendiam que era sempre possível a ratificação da opção feita e com isso sanava-se o vício da ilegalidade que pudesse ocorrer. É o que está a acontecer aqui e pensa que estão todos de acordo que é legítimo e justo que se conceda aquele espaço para apoiar a criação de um equipamento social durante um tempo determinado. Compreende que esteja ali referido a possibilidade de prorrogação por mais um ano para precaver já à partida qualquer outro inconveniente que possa surgir, embora creia que não vá ser necessário, mas a ser necessário, terão de pensar muito bem porque isso implicará que já ultrapasse este Mandato. Mas isso a ser analisado será nessa altura e não hoje. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que como previamente acordado já através de contacto direto com o Sr. Presidente da Junta, através de telefone e por e-mail, o BE irá ratificar a decisão da Junta em relação à cedência temporária do equipamento do Miminho à Assistência dos Tuberculosos do Norte de Portugal-ATNP. No entanto acham importante sublinhar que as cedências de Património da Junta não devem ser decididas nem ratificadas única e exclusivamente pelo Presidente da Junta, nem pelo Executivo, nem por conversas telefónicas com os líderes parlamentares. É um processo que têm de acautelar no futuro, a lei e os regulamentos obrigam que seja em sede de Assembleia de Freguesia, precisamente para evitar os processos pouco transparentes, que não lhes parece ser este o caso e não menos importante, para que se garanta também a igualdade a outras Associações e Entidades, para que seja debatido de forma transparente e aberto. Este processo não correu como deveria ter





ocorrido, mas compreendem a necessidade urgente de um bem extremamente útil e necessário, bem como a atenuante do pedido ter ocorrido no período de férias de Verão. Esperam apenas que este procedimento seja uma exceção e que de futuro o Sr. Presidente consiga seguir os regulamentos e procedimentos previstos pela Democracia. Para além desta nota prévia gostariam apenas de fazer duas perguntas ao Presidente do Executivo para esclarecimento da Assembleia. O contrato de cedência, como já aqui foi dito, prevê a possível renovação do mesmo, uma única vez, é certo, mas significa que a cedência pode ir até aos dois anos. Pergunta apenas se essa renovação virá ou não a esta Assembleia de Freguesia, quais são as intenções do Presidente. Segunda pergunta: É importante para o BE garantir e como já foi dito também no e-mail de resposta ao pedido do Sr. Presidente, é importante garantir que esta cedência, por um ou dois anos, não afete as obras e a requalificação nem atrase a reabertura do espaço do Miminho. O que perguntam ao Sr. Presidente é quais são os planos do Executivo para este espaço e se conseguem garantir que esta cedência não atrase a requalificação do mesmo por um ou dois anos. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que o Sr. Deputado fez duas perguntas importantes às quais tem muito gosto em responder. Deseja que a Creche não precise de utilizar a cozinha durante dois anos, porque era mau sinal para as obras que estão lá a decorrer. Afirma que foi à apresentação do Projeto, está em construção uma enorme Creche, é um edifício novo, já lá foi visitar as obras e está tudo a correr bem. Espera que não seja preciso. Evidentemente que se for preciso renovar, trará a esta Assembleia e não tem dúvidas que os Srs. Deputados acompanhem nas necessidades. Obviamente que se surgisse interesse da Câmara em fazer obras urgentes no Miminho, o Executivo encontrava uma solução, até porque têm aqui no Largo Tito Fontes uma cozinha que teriam de ajustar ao funcionamento para adequar os interesses da União de Freguesias para abrir uma Creche e não deixar a Nossa Senhora da Conceição também sem cozinha. Entende que estas perguntas foram importantes e as respostas são estas. O Executivo espera que eles resolvam a parte das obras o mais rápido possível. No caso de a Junta precisar do espaço para fazer obras para abrir uma Creche, a Junta tem uma situação já pensada para resolver. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Informa que dá por concluído o Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação e Votação da Proposta de cedência temporária dos serviços de cozinha e lavandaria da creche “O Miminho” e cedência de equipamentos disponíveis no edifício do Largo Tito Fontes, no período de 1 de agosto de 2024 a setembro de 2025 para realização de obras de requalificação da creche da ATNP – Assistência dos Tuberculosos do Norte de Portugal”. De imediato procedeu-se à votação. Este Ponto foi aprovado por unanimidade. Aproveita para informar que os últimos dois Pontos serão discutidos numa outra Assembleia de Freguesia, de continuação, a agendar oportunamente. Solicita o favor de aguardarem um pouco para a conclusão da Minuta da Ata. Em jeito de conclusão, entende que todos devem refletir sobre o decorrer desta sessão e apela a todos para que elas decorram com o máximo de urbanidade e civismo. Deixem as questões pessoais, fora da sala. Pede desculpa, mas não se revê em polícia de pessoas adultas. Têm de se respeitar a todos e em particular respeitar a Assembleia e ao respeitar a Assembleia, estão a respeitar a Freguesia. Todos são eleitos pela Freguesia e representam-na. Não se quer alongar mais sobre isto e que pensassem sobre este assunto para a próxima Assembleia. Informa que a Assembleia terminou. De imediato informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser aprovada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. -----



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----
Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita,
Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 26 de setembro de 2024, pelas 00,15
horas. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____





23 SET. 2024

REG^{to} 965/2024

GRUPO DO P. S. DA ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS
DE: Cedofeita; Sto. Ildefonso; Miragaia;
Sé; S. Nicolau e Vitória

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Tenente-General Charais

Manuel Ribeiro Franco Charais, foi Militar de carreira, tendo atingido a patente de Tenente-General. Faleceu no dia 2 de Julho, aos 93 anos!

Nascido no Porto, na freguesia de Cedofeita, a 24 de fevereiro de 1931, Manuel Ribeiro Franco Charais foi um nome maior da Revolução de Abril.

Colaborou na redação do programa do Movimento das Forças Armadas e, entre 1974 e 1982, integrou a Comissão Coordenadora do MFA, Conselho de Estado, Conselho de Revolução e comandou a Região Militar do Centro.

Realizou missões militares em Portugal Continental, Açores, Madeira, Angola e Moçambique.

Foi condecorado com a Grã-cruz da Ordem da Liberdade, Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma, Grau de Cavaleiro da Ordem de Avis e também foi agraciado com a medalha de Mérito Militar de Espanha.

Abraçou, durante 14 anos, um projecto de cooperação técnica com Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Um dia depois da revolução, em 26 de abril de 1974, foi Franco Charais quem deu instruções para a libertação de todos os presos políticos do Forte de Caxias, um dos momentos decisivos para o sucesso da Revolução de Abril e que permitiu a libertação imediata de centenas de oposicionistas, na sua maioria militantes do PCP e da Comissão Democrática Eleitoral, mas também membros das associações cristãs e alguns militantes do MRPP.

Pintor autodidata, dedicava-se atualmente por inteiro às artes plásticas, tendo participado em exposições por várias cidades Portuguesas e também em Espanha, Alemanha, Áustria e França.

Além da pintura, Franco Charais deixa publicados três livros da sua autoria: 'Biografia de um Militar' (2022), 'História Viva' (2013), 'O Acaso e a História. Vivências de um Militar' (2002). Desempenhou ainda, funções como professor de matemática e físico-química.

Assim, reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2024, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de, Cedofeita, St^o. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, presta a sua homenagem ao Tenente-General Manuel Ribeiro Franco Charais, delibera aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento, respeita um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.

Porto, 25 de setembro de 2024

O Grupo do Partido Socialista

24 SET. 2024

REG-1967/2024



RECOMENDAÇÃO

RECUPERAR A NATUREZA (TAMBÉM) NA CIDADE

Há cerca de 6.000 anos erguia-se uma das primeiras cidades do mundo, Uruk, na antiga Mesopotâmia e iniciava-se um processo de fixação do ser humano em aglomerados complexos, geralmente em torno de edificações de pedra e posteriormente betão. Com a evolução das cidades até ao dia de hoje, observamos a enorme relevância que o betão ganhou na sociedade e, atualmente, a nossa vida é em grande parte passada no meio de diversas estruturas, feitas deste material.

Ora, se de um lado o betão nos trouxe imensas regalias e possibilidade de evolução, por outro, a vitória do betão sobre a natureza traz-nos a maior ameaça que enfrentamos, a nossa própria extinção.

Setembro de 2024 ficou mais uma vez marcado, neste caso em particular no nosso próprio país, pela destruição inequívoca de um dos bens mais preciosos do planeta, a floresta.

Milhares de hectares arderam, perderam-se vidas humanas, não humanas e, no rescaldo, uma mancha de cinzento a perder de vista que dias antes se pintava de verde, a cor da biodiversidade.

Esta repetida tragédia acomete-nos a uma séria reflexão e a uma urgente necessidade de atuação em consonância com as aprendizagens que a terra queimada nos obriga a tirar. O planeta precisa de árvores, de verde, de fauna e flora mas, ironicamente, somos nós seres humanos que, precisando desesperadamente da sobrevivência deste planeta, a nossa única casa, o destruímos com maior rapidez e perícia.

A natureza é a nossa maior aliada e um dos bens que mais devemos preservar e manter e por isso não se pode circunscrever apenas à floresta mas deve ser recuperada também nestes aglomerados onde nos encontramos, as cidades.

Neste sentido, olhando às consequências devastadoras da perda de natureza e transportando-as à realidade do Centro Histórico do Porto, onde o histórico tem sido precisamente o recuo dessa mesma natureza a favor do betão, verificamos a importância de recuperar a natureza nesta Freguesia e inseri-la no nosso quotidiano, nos percursos que fazemos, nos espaços que frequentamos, no ar que respiramos, por isso:

Propõe-se que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em Assembleia ordinária no dia 25 de setembro de 2024, delibere que a Junta de Freguesia

- Avalie e estude os espaços verdes já existentes no ordenamento territorial;
- Pugne pela limpeza e manutenção dos espaços verdes;
- Pugne pela revegetação e reflorestação dos espaços verdes, dando primazia à flora autóctone;
- Avalie e estude áreas que possam ser requalificadas como espaços verdes;
- Avalie e estude a inclusão de jardins verticais como forma de criação de novos espaços verdes;
- Implemente hotéis para insectos em vários pontos da Freguesia
- Avalie e estude a criação de coberturas verdes como forma de criação de novos espaços verdes, nomeadamente dentro do parque imobiliário da própria Junta de Freguesia.

Pelo Partido Pessoas - Animais - Natureza

Natacha Meunier



PAOD - Proposta de Recomendação

Pela melhoria da Iluminação Pública na União de Freguesias 24 SET. 2024

REG^o 963/24

Considerando que:

1. A iluminação pública é fundamental na vida de uma cidade, facilitando a visão e visibilidade dos peões e contribuindo decisivamente para a segurança de pessoas e bens e para o crescimento do sentimento de segurança dos Cidadãos;
2. Na Cidade do Porto, e em particular na nossa União de Freguesias, continuam a existir diversas carências ao nível da iluminação pública, quer pelos índices de luminosidade insuficiente - muitas vezes por opção “decorativa” - quer pela desadequação das luminárias, quer pelos defeitos de funcionamento dos candeeiros, que muitas vezes não funcionam ou funcionam intermitentemente, quer pela inexistência dos mesmos, quer ainda pelo facto de estes terem uma estrutura desadequada face ao arvoredo existente;

E dado que:

- A. Não obstante recentes intervenções do Município com vista à alteração da iluminação pública a verdade é que, em paralelo com melhorias em alguns arruamentos, se verificam também situações em que as soluções adotadas não melhoram os índices de luminosidade e, nalguns casos, se mantêm os problemas estruturais que existiam (caso da mudança de postes e luminárias mantendo as mesmas no meio das copas de árvores);
- B. Continuam a existir inúmeros arruamentos com falta de iluminação pública ou com insuficiência da mesma;

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S.Nicolau e Vitória, reunida no dia 25 de Setembro, delibera:

1. Manifestar à Câmara Municipal do Porto a sua preocupação com as carências de iluminação pública que se verificam na União de Freguesias e que põem em causa a segurança de pessoas e bens, e contribuem ainda para o aumento do sentimento de insegurança dos Cidadãos;
2. Exortar a Câmara Municipal do Porto a adoptar as medidas necessárias para uma mais rápida intervenção na melhoria das condições de iluminação pública da cidade, quer pelo efectivo controlo da intervenção do concessionário na reparação das avarias reportadas, quer pela substituição de equipamentos (postes, luminárias e lâmpadas) de forma a melhorar efectivamente os níveis de luminosidade;



3. Recomendar à Junta de Freguesia que adopte uma posição mais proactiva nesta matéria, com o levantamento das situações existentes na Freguesia ao nível de carências de iluminação pública, reivindicando da Câmara a adopção das medidas necessárias à sua correcção;
4. Enviar cópia desta Proposta, se aprovada, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, solicitando-lhes a sua distribuição pelos Eleitos dos Órgãos Municipais a que presidem.

/CDU: 25 de setembro de 2024



PAOD - Proposta de Recomendação

24 SET. 2024

RES 969/2024

Necessidade de recuperar edifícios escolares situados na União de Freguesias

Considerando que:

1. Está a começar mais um ano escolar;
2. No território desta União de Freguesias localizam-se as escolas EB 2/3 “Augusto Gil”, a de “Miragaia”, e a “Irene Lisboa”, todas num estado de degradação lastimável, tal como muitas outras do Concelho;
3. Mau estado esse reconhecido pelo próprio Governo que, na sequência do chamado processo de “descentralização”, subscreveu com a Associação Nacional de Municípios um Protocolo onde assumiu a responsabilidade pelo financiamento da sua reabilitação, considerando que a necessidade de intervenção em cada uma destas escolas é “Muito Urgente” na primeira e “Parcial” nas outras duas.

E dado que:

- A. É inadmissível que, no ano de 2024, os Alunos, os Professores e os Funcionários das escolas da Cidade do Porto tenham que estudar e exercer a sua atividade profissional em escolas com condições infraestruturais deploráveis;
- B. Não é possível haver uma aposta de êxito na Educação de um País sem se proporcionarem boas condições estruturais nas escolas;
- C. Urge intervir na reabilitação destas Escolas, apostando, a curto prazo, na reparação das principais e emergentes patologias e, a médio prazo, numa intervenção estrutural que adapte as instalações aos desafios educativos e pedagógicos do nosso tempo;

E tendo ainda em conta que a Câmara Municipal do Porto alega que o Governo, por intermédio do Ministério da Educação, não transferiu para o Município elementos fundamentais para permitir a elaboração dos projectos de reabilitação de algumas destas escolas;

A Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S.Nicolau e Vitória, reunida no dia 25 de Setembro, delibera:

1. Manifestar a sua indignação pelo estado de degradação em que se encontram as instalações das escolas EB 2/3 “Augusto Gil”, de “Miragaia”, e “Irene Lisboa”, todas situadas no território desta União de Freguesias;



2. Exortar o Governo a, rapidamente, disponibilizar ao Município do Porto os elementos destas escolas necessários à elaboração dos projectos para a sua reabilitação;
3. Exortar a Câmara a intervir rapidamente na resolução dos problemas mais candentes destas escolas, designadamente ao nível da eliminação das infiltrações de águas da chuva e reposição das condições de segurança que permitam aos alunos usufruir das instalações na sua plenitude;
4. Exortar a Câmara Municipal do Porto e o Governo a estabelecerem um plano que, efetivamente, permita o financiamento das obras de reabilitação estrutural destas escolas e a sua execução no prazo mais curto possível.
5. Enviar cópia desta Proposta, se aprovada, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto e ao Senhor Ministro da Educação.

/CDU: 25 de setembro de 2024